

GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NAS DECISÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Camila Alves Silva; Maria Aparecida Tenório S. da Costa.

Universidade Federal Rural de Pernambuco. camilasilva.alves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

No atual contexto político e social brasileiro, discutir as políticas educacionais tem se mostrado uma questão urgente, requerendo compreender as intersecções políticas que fomentam o compromisso com a educação, influenciando diretamente nas possibilidades educacionais. É pertinente cogitar as condições em que esses compromissos são efetivados, analisando como converge a atuação dos sujeitos escolares ante a participação política que lhes é deferida.

Dessa forma, o projeto de pesquisa *Políticas Públicas, Gestão da Educação Básica e Desenvolvimento Local* objetiva compreender os processos de implantação de políticas públicas educacionais e o nível de participação dos sujeitos escolares no processo de elaboração e tomada de decisão quanto a estas políticas.

METODOLOGIA

O trabalho, ora apresentado, refere-se a uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, realizada em escolas de três municípios de Pernambuco - Recife, Olinda e São Lourenço da Mata - presentes na região metropolitana. A coleta de informações constitui-se de observações sistemáticas realizadas ao campo, bem como entrevistas semiestruturadas aos sujeitos sociais das escolas e de seus contextos imediatos; e pesquisa documental, no que se refere aos documentos oficiais dos governos dos referidos municípios e os marcos regulatórios mais amplos. Para o exame dos dados acessados com a investigação, recorre-se à Análise de Discurso, sendo analisados os discursos dos sujeitos entrevistados à luz dos estudos de Foucault (2005) e Orlandi (1992 e 2005).

Até o presente momento, foram realizadas entrevistas e observações às escolas dos municípios de Olinda e Recife. As entrevistas realizadas compreendem os diversos sujeitos escolares, como gestora e vice gestora, secretária, professoras e professores da educação infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, e responsáveis pelos estudantes.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das observações e entrevistas realizadas às escolas, até o presente momento, verifica-se, no discurso dos sujeitos, o desenvolvimento de uma gestão democrático-participativa que engaja todo grupo escolar e a comunidade. Não obstante perpassa os discursos dos entrevistados a ênfase numa gestão participativa, da simples confrontação do diálogo se pode aferir o descompasso entre a atuação social alegada, numa proposta colaborativa frente à escola, e os reais efeitos dessa prática.

Evidencia-se, primeiramente, uma problemática na compreensão de gestão participativa, seja por parte dos familiares engajados, seja pelo corpo docente e, até mesmo, pela gestão escolar. Isto é, há uma incompreensão acerca de quais são, de fato, os princípios norteadores de uma gestão democrático-participativa efetiva e quais as ações traduzem esta concepção de gestão.

Pode-se perceber esta problemática através da fala da vice-gestora da escola do município de Olinda, que, quando questionada sobre se percebe a gestão como participativa, responde: *“Com certeza. A gente tenta atender tudo na hora, mas para isso foi muito trabalho. Uma declaração, por exemplo, para sair, diziam para vir depois. Isso não existe! Agora a gente tenta atender tudo na hora.”* Nota-se que a entrevistada enfatiza a execução de funções burocráticas, mostrando-se contraditória em relação ao questionamento.

Ainda sobre a participação nas decisões da instituição, uma das professoras entrevistadas afirma que há uma participação efetiva de todos os membros da escola em tudo, e que a gestão é participativa. Apesar disto, quando questionada sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a docente afirma que quase não se reúnem para trabalhar com este instrumento: *“[...] o Projeto Político Pedagógico não tem muita vivência aqui na escola não.”* Outra professora da Rede Municipal de Olinda também comenta sobre a vivência com o Projeto Político Pedagógico da escola:

A gente vê na teoria, mas na prática a gente não trabalha. [...] é isso que acontece aqui, fica a desejar, a gente necessitando do que gostaria. Elas (gestoras) são cobradas de alguém superior a elas, aí a gente se reúne e no papel fica tudo bonitinho, mas aí a gente não desenvolve.

É importante salientar que, por ser documento norteador dos princípios assumidos pela instituição, o PPP, em sua construção, deve traduzir estes princípios, devendo ser, neste caso, construído de maneira coletiva, em que todos possam sentir-se contemplados.

Em um contrassenso político-administrativo, de acordo com a gestora desta mesma instituição, incumbe às atividades de gestão:

Colocar as turmas para dentro, organizar fila, organizar merenda, ver os professores que chegaram ou não, reunião com professores, as vezes vou à Secretaria de Educação, temos que fazer reuniões quando tem data comemorativa. Durante o dia estamos à disposição do que for surgindo, cada turno tem sua dinâmica. A tarde é mais organizada, dá para fazer um trabalho mais pedagógico, não só “apagar fogo”. E também tem as demandas que vão surgindo.

Nota-se que, a par de haver um interesse em contribuir para o desenvolvimento educativo dos alunos na instituição, juntamente aos demais interessados, não há, na prática, a separação de função das gestoras, que terminam por assumir papéis secundários, ante a insuficiência de colaboradores a lhe dar subsídios para atuar na gestão da escola.

À evidência, onde a gestora sequer exerce a administração escolar, bem como é excluída de qualquer atuação política nos processos decisórios que impactam na educação, foge à possibilidade de controle das gestões escolares *per si*, levarem a cabo a aplicação de projetos que foram criados sem levar em conta as peculiaridades das instituições, isto é, onde, por exemplo, a inserção e retirada dos projetos se dão desconsiderando os impactos na entidade escolar.

Assim, à margem participativa das decisões de implementação e exclusão de tais projetos, sem qualquer engajamento político, não resta à gestão escolar o vínculo efetivamente democrático, que inclua as necessidades de cada escola, de acordo com a participação das vozes que as conduzem.

Nesta perspectiva, compreende-se que a escola “deve estar comprometida politicamente e, ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais” (HORA, 2009, p. 34). É para atender a estas demandas sociais que a gestão escolar precisa se efetivar de maneira participativa, assimilando, em primeiro momento, os anseios do contexto imediato ao qual está inserida.

A participação da comunidade nos processos decisórios e ações da escola é de fundamental importância, visto que, enquanto instituição de socialização do sujeito, a escola não pode ser instância de mera transmissão de conhecimento técnico-científico, mas, em outra via, fomentar a criticidade e a consciência cidadã através de processos participativos de construção coletiva.

Em desprestígio às dinâmicas sociais,

[...] a escola brasileira se estruturou historicamente de tal forma que seu academicismo a impede, em grande parte de cumprir as funções relacionadas com a preparação para a vida, tendo em vista as diferentes condições locais. Com isso, o seu posicionamento no elenco de instituições sociais é muito inferior ao que poderia sê-lo (HORA, 2009, p. 67).

Dessa forma, a escola termina por exaurir suas funções apenas em torno de propostas que se limitam às funções universais da educação sistemática, olvidando as mudanças processadas no meio social. Por essa compreensão, discorre um professor da escola do município de Olinda sobre a dinâmica das aulas: “*É mais voltada, também, para as avaliações externas, que é o SAEPE. Então, eles (os estudantes), além do assunto curricular, tem também simulados, no total de cinquenta simulados anuais para a prova do SAEPE¹.*” Há que se compreender que as demandas sociais, em uma economia neoliberal, são forjadas pelo sistema capitalista, direcionando a estrutura escolar a uma lógica de mercado, de produtividade.

Neste sentido, ao analisar as entrevistas realizadas, também se percebeu uma dificuldade quanto à compreensão da participação da comunidade na escola. Quando questionado, por exemplo, sobre a importância da escola para a comunidade local, um dos professores da escola do município de Olinda responde:

O que se percebe é assim, geralmente quando uma escola tem um espaço é (...) voltado para educação física, tipo um campo de futebol, ou uma quadra, em que a própria comunidade pode usar, aí fica mais fácil a interação comunidade e escola. No nosso caso, a gente não tem nada disso, nem tem quadra, nem tem campo, a gente não tem nada disso, aí é mais os pais mesmo do que a própria comunidade que participa.

Nota-se que o entendimento do professor quanto às possibilidades de participação da comunidade na escola fica restrito ao usufruto da estrutura física da instituição. Outra professora da mesma escola, quando questionada sobre a relação da escola com a comunidade, afirma:

Nós fazemos reuniões periódicas com os pais e a frequência é boa, os pais comparecem como também fazemos plantões pedagógicos, são 4 por ano. Na educação infantil nós entregamos as atividades, é naquele momento que você recebe os pais e conversa sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Na escola da Rede Municipal do Recife, as atividades que integram a comunidade, segundo a secretária, são os plantões pedagógicos, feiras de conhecimento e palestras em parceria com o conselho tutelar para abordar assuntos como violências e direitos e deveres das famílias.

É possível perceber, nas duas falas, que as entrevistadas resumem a participação da comunidade à participação dos pais em momentos que dizem respeito ao desenvolvimento pedagógico individual de seus/as filhos/as. Para além destas questões, a instituição escolar precisa mostrar-se atuante no contexto ao qual está inserida, projetando as atividades de acordo com as necessidades comunitárias. A escola deve ser uma entidade ativa abarcando e transformando a

¹ SAEPE: Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco.

realidade individual e coletiva de seu entorno. Compreende-se, portanto, que “Fechar os olhos para nossa realidade, afastar-se do cotidiano e não participar ativamente da resolução de problemas de ordem pública interfere não apenas em sua vida, mas no cotidiano de familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e da sociedade em geral” (DANTAS, 2007, p. 13).

CONCLUSÕES

Através das entrevistas efetivadas nas escolas, é imprescindível destacar a irrelevância participativa dos atores da escola nas propostas educativas que lhes são atribuídas, uma vez que são excluídos das discussões, planejamentos e decisões políticas de projetos implantados nas escolas. Sem a verdadeira assunção de papéis, por parte dos gestores, que sobreleve democraticamente a sua administração político-participativa, bem como dos demais integrantes da escola e colaboradores da comunidade, o sistema educacional restará cingido à aplicação sistêmica (e não raro, desordenada) de conhecimentos acadêmicos. Essa incoerência converge para o desvirtuamento da educação, em um verdadeiro desmerecimento da construção do sujeito, sem considerar o desenvolvimento dos alunos por meio de uma construção humana que leve em conta o contexto social e as necessidades em que o sujeito está inserido a fim de aprimorar as habilidades através da educação. Compreende-se que, para tanto, os/as gestores/as educacionais precisam:

[...] promover a retomada crítica de suas bases para (re) descobrir a parcialidade de suas práticas, sentir-se historicamente situada e, de posse dessa consciência, inserir-se na totalidade e na concreticidade e poder assim desenvolver sua função crítica de desvelamento do discurso ideológico e passar do nível de controle e conformismo, alcançando a marca desejável de libertadora (HORA, 2009, p. 47).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DANTAS, H. Democracia e cidadania: Consciência e participação. In.: DANTAS, H.; MARTINS JÚNIOR, J. P. **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 11-26
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola. 2005.
- HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. São Paulo: Pontes, 2005, 6ª edição.